

# Receita da maioria exclui calote e exige valor real

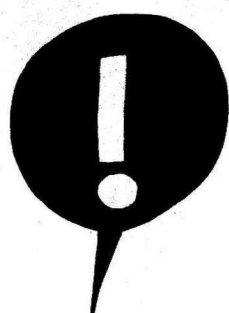
Carmem Kozak

Apesar das exigências de parcela do eleitorado em relação ao detalhamento de questões programáticas, a maioria dos candidatos à sucessão do presidente José Sarney não tem uma postura clara e objetiva sobre o tratamento da dívida externa. As exceções são Roberto Freire (PCB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN). Os demais presidenciais apresentam um discurso genérico e comum — às vezes frágil — que se resume na realização de uma auditoria e renegociação justa e política, com base no valor real da dívida, que será obtida através da firmeza e soberania do novo governo perante os credores internacionais. Esta é a fórmula apresentada por eles — que são contra a decretação da moratória — para pagar uma dívida que hoje corresponde a mais de US\$ 130 bilhões.

Os deputados Roberto Freire e



O que pensam os Presidenciais



Luiz Inácio Lula da Silva são os dois únicos candidatos que defendem a decretação imediata da moratória como única solução para a retomada do crescimento econômico e a execução de uma política de redistribuição de renda. Além disso, acreditam que só com a suspensão do pagamento da dívida os credores cederão para uma negociação que esteja de acordo com os interes-

ses nacionais.

Já o candidato Collor de Mello, que é contra a moratória, defende como solução a descentralização da dívida. Ou seja, cada Estado, Município ou empresa estatal e privada fica responsável pelo pagamento e negociação de sua parcela na dívida. Collor, no entanto, não aborda as possíveis consequências dessa solução, aparentemente ori-

ginal, que vão desde o descontrole do governo na obtenção de novos créditos até a falta de recursos para a execução de seu programa de desenvolvimento.

O candidato "tucano", senador Mário Covas, e o do PDS, Paulo Maluf, admitem decretar a moratória, mas têm métodos distintos para chegarem a esse ponto. Maluf afirma que primeiro promoverá uma política de "pechincha" da dívida. Covas, por sua vez, quer dar um aceno de negociação exigindo, em contrapartida, a revisão do valor da dívida e das cláusulas que estabelecem a incidência de juros que tornam cada cota paga pelo Brasil até três vezes superior ao preço negociado no mercado secundário.

A dívida externa é o primeiro tema de uma série de matérias que serão publicadas pelo **Jornal de Brasília**, aos domingos, mostrando a opinião dos candidatos à sucessão do presidente José Sarney sobre questões programáticas que estão diretamente ligadas ao "dia-a-dia" do eleitorado brasileiro. No quadro abaixo uma síntese do pensamento de cada um dos 11 principais candidatos à Presidência em relação à dívida externa.

## Fernando Collor de Mello (PRN)

É contra a moratória e defende uma proposta diferente para solucionar o problema: a descentralização da renegociação da dívida externa. Isso significa que cada empresa estatal, Estado ou município, fica responsável pelo contrato e pagamento de sua parcela na dívida.



Assim, os cofres da União ficam, segundo Collor, responsáveis por uma parcela "muito pequena da dívida que será renegociada com maior facilidade". Isso implica no fim do aval da União nos contratos com credores internacionais, o que, indiretamente, resulta na redução de empréstimos futuros. O candidato entende que essa descentralização fortalece uma outra prioridade programática que é a diminuição da interferência do Estado na economia e o engajamento da máquina administrativa.

## Leonel Brizola (PDT)

É contra a moratória da dívida externa, alegando que "um governo responsável deve pensar no destino do País" que depende, também, de sua "imagem perante a opinião pública internacional". Seguindo esse raciocínio, Brizola sustenta a necessidade de um reexame da dívida externa, que com uma "postura firme" do próximo governo será



concedida pelos credores internacionais. Critica as cláusulas "colônias" existentes nos contratos da dívida que impedem o desenvolvimento brasileiro. "Não podemos simplesmente deixar de pagar a dívida", diz Brizola. Quanto à possibilidade de renegociá-la de acordo com os interesses do País, o candidato Pedetista demonstra otimismo: "Não teremos problemas pois os credores entenderão que terão mais garantia se o Brasil sair desse impasse econômico. Precisamos voltar ao mercado internacional."

## Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

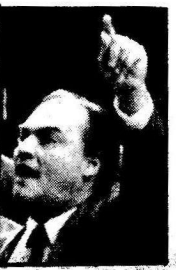
Considera primordial a suspensão do pagamento da dívida externa e afirma que este será o primeiro ato de seu governo. Para Lula é "impossível" a execução de uma política de desenvolvimento nacional com a manutenção dos atuais contratos da dívida. A suspensão do pagamento da dívida será acompanhada por uma auditoria "que descubra o real valor dessa dívida que já pagamos várias vezes". Terminada essa auditoria,



Lula pretende criar uma Comissão de Renegociação que faça novos contratos que garantam o desenvolvimento e ao mesmo tempo permita a execução de uma política de recuperação do poder aquisitivo. Argumenta que a "sociedade brasileira não pode continuar sendo vítima de uma política que beneficia e interessa apenas aos credores internacionais". No sua opinião, se essas medidas não forem adotadas o Brasil corre o risco de viver o "drama da violência e de saques", ocorridos recentemente na Venezuela e Argentina, onde "tudo aconteceu em função da miséria que está tomando conta da sociedade".

## Roberto Freire (PCB)

Não só defende a suspensão do pagamento do serviço da dívida externa, como acredita que isso deveria ocorrer nestes últimos meses do governo Sarney. O argumento de Freire é de que "essa atitude seria a deflagração do fim do processo de transição que o País atravessa", lembrando que "esse é o papel do atual Presidente". Para ele, a medida permite a adoção de uma nova política salarial e de distribuição de renda, além de "dimi-



nuir o caos econômico vivido pelo País". Caso o atual governo não aceite a proposta de Freire, ele garante que suspenderá o pagamento, com o aval do Congresso, e realizará uma auditoria. Na renegociação da dívida, uma das propostas defendidas pelo candidato comunista diz respeito ao estabelecimento de uma cláusula contratual prevendo o deságio e o pagamento com juros fixos. O deságio, explica, representaria o pagamento das parcelas de acordo com o seu valor no mercado internacional: "Hoje, cada dólar de nossa dívida vale no mercado menos de 40 cents, o que prova que é realmente uma sangria".

## Mário Covas (PSDB)

Defende o fim da "sangria responsável pela miséria do povo brasileiro", através de uma série de medidas que, se não forem obtidas junto aos credores internacionais, poderão culminar na decretação da moratória. O primeiro passo será uma auditoria "séria" da dívida, que mostre, além da origem e destinação dos empréstimos, as cláusulas "absurdas que permitiram que o seu valor aumentasse



tantas vezes". Depois que fosse descoberto quanto realmente "vale essa dívida" fará uma renegociação que atenda ao interesse nacional. Os juros da dívida passarão a ser regidos pelo mercado secundário ou por juros fixos, de forma que o País não efetue qualquer pagamento de parcela a quem de suas possibilidades ou que signifique a aquisição de novos empréstimos no mercado internacional. Segundo Covas essa é a única maneira de "assegurar a retomada do crescimento interno e da política de desenvolvimento que resultará em redistribuição de renda".

## Paulo Maluf (PDS)

É contra a moratória, mas admite suspender o pagamento da dívida caso sua estratégia não seja aceita pelos credores internacionais. A estratégia de negociação consiste na "pechincha" - Maluf salienta sua origem libanesa e, portanto, "isso está em meu sangue" - ou seja, negociar toda a dívida pelo seu valor "no mercado secundário". Além disso apóia uma auditoria para que seja apurado o "valor real dessa dívida". A pe-



chincha permitirá, segundo Maluf, uma redução drástica no valor das parcelas a serem pagas aos credores, já que só pagará o que ela vale no mercado internacional. Explica que "hoje pagamos 100 pelo o que vale de 28 até 50 no mercado internacional". Diz que isso ocorre porque atualmente "parece que as autoridades monetárias são sócias dos credores externos". Por isso, Maluf tem outra prioridade em relação à dívida: "Vou negociar pessoalmente para mostrar que existe governo nesse País. Não é possível que uma questão tão delicada continue sendo tratada pelo 2º e até 3º escalão do governo".

## Aureliano Chaves (PFL)

Reconhece que a dívida externa é um problema "sério da economia que pode prejudicar o desenvolvimento", mas é contra a moratória. Para Aureliano o "calote" pioraria a situação brasileira junto aos credores externos e a opinião pública internacional. Sua intenção, se eleito, é conseguir



uma negociação que "interesse ao desenvolvimento nacional", não detalhando que cláusulas deveriam ser alteradas. Afirma que se o seu "programa de desenvolvimento" for implantado, o problema da dívida será minimizado. Explica que o País necessitará de mais crédito do exterior para implantar essa política que tem como objetivo principal a modernização e o aumento da capacidade energética. Na sua opinião, depois de iniciado esse programa de desenvolvimento, a produção interna aumentará.

## Ulysses Guimarães (PMDB)

"Decisão e soberania". Esse é o binômio de Ulysses Guimarães para acabar com o problema econômico provocado pela dívida externa. O candidato peemedebista é contra a moratória, afirmando que "um País que não honra seus compromissos não pode se impor diante dos demais". Ele espera, no



entanto, "negociar com firmeza" diante os credores internacionais o "valor real da dívida que tanto prejudica o povo". Uma cláusula imprescindível para Ulysses é a que trata de juros fixos para o cálculo do serviço. Para ele, os credores "não terão dificuldade para entender que a estagnação da economia brasileira representa prejuízos também ao mercado internacional". Isso será obtido, segundo o candidato, através da "seriedade e firmeza do meu governo".

## Afif Domingos (PL)

É contra a suspensão do pagamento da dívida externa, mas considera indispensável uma renegociação que garanta "a retomada do desenvolvimento e que esteja voltada para os interesses internos". Afif, seguindo sua proposta liberal, afirma que a partir do mo-



mento que for implantado o seu programa de governo — em síntese, consiste no fim da interferência do Estado na Economia — o País aumentará significativamente suas reservas cambiais e, portanto, a capacidade de importação. Assim, Afif pretende demonstrar aos credores a importância da participação brasileira no mercado internacional e afirma que conseguirá "negociar a dívida de acordo com os interesses internos".

## Afonso Camargo (PTB)

Defende uma auditoria na dívida externa para que se saiba qual o seu verdadeiro valor e, a partir daí, se inicie um processo de renegociação que permita a retomada do desenvolvimento. É contra a decretação da moratória, afir-



mando que o "País tem que honrar os seus compromissos". Para ele o "importante é garantir uma negociação soberana", que não impeça o crescimento interno. Camargo salienta que o grande problema do Brasil de hoje é a estagnação da economia interna e a desorganização do Estado na administração de seus recursos. Isso resolvido, afirma, "a dívida externa deixará de ser problema".

## Ronaldo Caiado (PSD)

Apesar de reconhecer que a dívida externa é "grande", o médico e produtor rural Ronaldo Caiado acredita que o "Brasil não terá dificuldades" com o seu pagamento, caso seja eleito presidente, "pois aumentaremos tanto a produtividade nesse País que ele será um dos mais ricos do mundo". O candidato chegou a falar há alguns

dias que paga "toda a dívida" durante o seu governo. Mesmo assim, defende uma negociação com os credores internacionais que "prejudique menos" os produtores nacionais que, na forma de contribuintes, "arcam com as penosas despesas originadas pelo desgoverno da classe política". É contra a moratória.

